



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 143

29 de abril a 03 de maio de 2024



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP

The image shows the exterior of a large, modern building with a grey, textured facade. Large, gold-colored, three-dimensional letters are mounted on the wall, spelling out "MINISTÉRIO DA FAZENDA". The sun is visible in the upper left corner, creating a lens flare effect. The sky is blue with some clouds, and the tops of some trees are visible on the left side.

MINISTÉRIO
DA
FAZENDA

REPERCUSSÃO DA AGENDA ECONÔMICA ENTRE OS POLÍTICOS

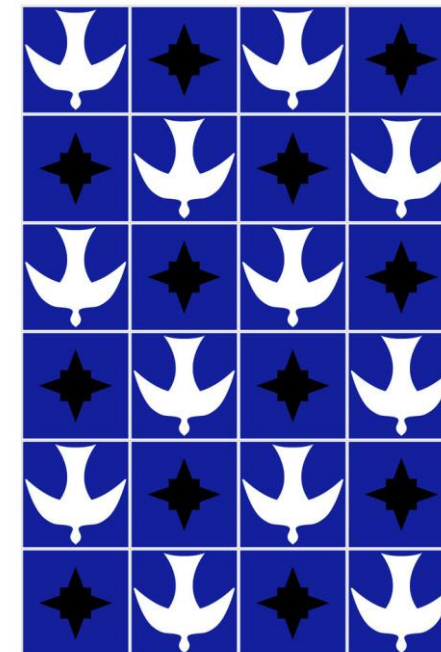
REPERCUSSÃO DA AGENDA ECONÔMICA

Na semana em que a agenda legislativa estava notavelmente esvaziada, as discussões políticas e midiáticas se concentraram em questões econômicas, especialmente em resposta ao baixo superávit anunciado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, às propostas das Leis Ordinárias da Reforma Tributária e aos murmúrios sobre as próximas reuniões do COPOM, bem como especulações sobre a sucessão do presidente do Banco Central Campos Neto. Além disso, ganharam destaque as declarações do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após o Presidente da República cobrar maior celeridade de seus ministros na agenda econômica e na pauta de neointustrialização no congresso.

Executivo e legislativo travam uma queda de braços pelo orçamento. Enquanto o governo busca cumprir sua promessa de atingir um déficit fiscal zero buscando aumento da arrecadação com a retomada de antigos impostos e evitando novas desonerações, o congresso acaba por ceder por desonerações, aumento para servidores públicos, e ainda exigem mais emendas parlamentares em ano eleitoral. Essa disputa afeta diretamente o orçamento governamental e dificulta o alcance de suas metas e ainda coloca em cheque a responsabilidade fiscal.

O ponto central de conflito político entre o governo e o Congresso no momento é a questão da desoneração da folha de salários para 17 setores da economia e dos municípios com até 156.000 habitantes. Houve até mesmo uma decisão monocrática do Ministro do STF, Cristino Zanin, atendendo a um pedido da Advocacia Geral da União (AGU) para suspender trechos da lei de desoneração da folha de pagamento. Logo após a decisão, o Senado apresentou um recurso com o objetivo de restabelecer a validade da lei. O plenário virtual da Corte deve analisar a decisão do Ministro até 6 de maio.

Outro projeto que está na pauta do Congresso, pronto para ser votado no Senado, é o Plano Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Este projeto é uma das principais preocupações do governo federal no Congresso Nacional, uma vez que o texto tem um impacto direto nas contas públicas da União, estimado em R\$ 15 bilhões.



REPERCUSSÃO DA AGENDA ECONÔMICA II

A relação entre o governo e o Banco Central também tem sido objeto de intensa análise. Na próxima semana, o Comitê de Política Monetária (COPOM) está agendado para se reunir nos dias 7 e 8 de maio, com a possível deliberação sobre uma redução adicional de 0,5 pontos percentuais na taxa Selic. Isso a levaria para 10,25% ao ano, considerando que na última reunião estava em 10,75%.

Entretanto, após o comunicado do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos), que optou por manter as taxas de juros no país entre 5,25% e 5,50% ao ano, conforme amplamente esperado, surgiram preocupações sobre a falta de progresso na desinflação nos EUA. O Banco Central brasileiro deve ponderar essa questão, juntamente com o impacto da revisão da meta fiscal do Brasil, reduzindo o superávit de 1% do PIB para 0,25% do PIB até 2026, e suas implicações nas expectativas de inflação. A decisão do Federal Reserve é de importância crucial para o Brasil, uma vez que taxas de juros mais elevadas em uma economia desenvolvida como a dos Estados Unidos tornam os países emergentes menos atrativos.

Na última quinta-feira, dia 02/05, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, realizou uma reunião discreta com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O protocolo do COPOM sugere que seus membros evitem declarações públicas na semana que antecede a reunião do comitê. No entanto, observadores sugerem que, além das questões relacionadas aos juros e às expectativas de inflação, o presidente do Banco Central espera que o presidente Lula indique sua sucessão ainda no primeiro semestre deste ano, visando a uma transição tranquila e bem orquestrada.





DESTAQUE AGENDA DO CONGRESSO NA PRÓXIMA SEMANA



REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária

Na semana passada, o Governo Federal submeteu ao Congresso Nacional o projeto de regulamentação da reforma tributária. Prevê-se que o tema seja deliberado ainda este ano, refletindo as expectativas do governo em relação à sua urgência e prioridade. O projeto de lei complementar contempla uma série de alterações direcionadas aos consumidores, abrangendo desde benefícios de cashback para famílias de baixa renda em determinados produtos e serviços até a redução das alíquotas aplicadas a carnes bovinas, suínas, ovinas, caprinas, aves e seus derivados. Durante a apresentação do projeto, o Secretário Extraordinário da Reforma, Bernard Appy, indicou que a estimativa da alíquota média dos tributos sobre o consumo, no contexto da reforma tributária, situa-se em 26,5%. No entanto, salientou a possibilidade de esse percentual atingir 27,3%, destacando a complexidade e dinâmica do processo de negociação legislativa. Uma das propostas em conjunto com os estados é a redução do número de produtos da cesta básica nacional que gozam de isenção de impostos sobre o consumo, refletindo uma revisão estratégica das políticas tributárias vigentes.

Discussão da Relatoria da Reforma Tributária

Apesar da preferência do governo pela relatoria de Agnaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a regulamentação da Reforma Tributária não deve ter um relator único, e reforçou ainda que preservará o tratamento diferenciado para setores vitais da economia.



Imagem: TV Câmara.

DESTAQUE DA AGENDA NO CONGRESSO

Segundo DPVAT

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve analisar, projeto de lei complementar que recria o Seguro Obrigatório Para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). O PLP 233/2023 reformula e retoma a cobrança anual obrigatória de proprietários de veículos, conhecida como DPVAT, que foi extinto em 2021.

Análise de vetos do congresso

Após uma série de reuniões entre membros do governo e lideranças parlamentares, além do envolvimento direto de ministros como Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), a sessão do Congresso de análise de vetos presidenciais mudou para a data de 7 ou 9 de maio. Com a negociação, o governo evitou uma possível derrota em diferentes projetos e obteve mais tempo para negociar a liberação de emendas parlamentares, como deseja o Congresso.

Convocações da semana

Rui Costa – Ministro da Casa Civil – Comissão de Infraestrutura do Senado. Tema: Novo Pac.

Alexandre Silveira - Ministro de Minas e Energia – Comissão de Viação e Transportes. Tema: Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação



Imagem: Acervo Câmara.